

PROCESSO TCE N° 132.049

ENTIDADE: Fundo Orçamentário Especial de Estudos Jurídicos – DPE/AC

NATUREZA: Apurar Responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade em face do não envio ou envio intempestivo dos arquivos em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 87/2013, referente ao 6º bimestre de 2018.

RESPONSÁVEL: Roberta de Paula Caminha Melo

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## ACÓRDÃO Nº 2.354/2019

### 1ª CÂMARA

**EMENTA: PROCESSO AUTÔNOMO. APURAR RESPONSABILIDADE. DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO-TCE N. 87/2013. MULTA. NÃO APLICAÇÃO. ACOMPANHAMENTO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS.**

Embora constatado o não atendimento ao artigo 2º, § 1º, da Resolução-TCE n. 87/2013, mas diante do envio das informações, embora intempestivamente e considerando o início de mandato do Executivo Estadual, é possível, excepcionalmente, afastar a multa prevista no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, devendo ser observado o cumprimento ou não da mencionada Resolução, por ocasião da análise das prestações de contas da Unidade.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **a) DETERMINAR** à **RESPONSÁVEL** pelo **FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL DE ESTUDOS JURÍDICOS – DPE/AC** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 87/2013, especialmente o artigo 2º, § 1º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 19 da mencionada norma; **b) REMETER** cópia do Acórdão à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento e **c) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo. **AUSENTE**, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

Rio Branco - Acre, 08 de agosto de 2019.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Presidente da 1ª Câmara para o feito

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procuradora do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 132.049

ENTIDADE: Fundo Orçamentário Especial de Estudos Jurídicos – DPE/AC

NATUREZA: Apurar Responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade em face do não envio ou envio intempestivo dos arquivos em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 87/2013, referente ao 6º bimestre de 2018.

RESPONSÁVEL: Roberta de Paula Caminha Melo

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéa Benício de Araújo

## RELATÓRIO

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar a responsabilidade da Gestora, em razão do envio intempestivo das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais do **FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL DE ESTUDOS JURÍDICOS – DPE/AC**, relativas ao **6º BIMESTRE DE 2018**, em descumprimento à Resolução-TCE n. 87, de 28-11-2013<sup>1</sup>.
2. A DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, se manifestou pela citação da Responsável tendo em vista o descumprimento do artigo 2º, § 1º, da Resolução-TCE n. 87/2013.
3. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, houve a citação, por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 1.096, divulgado no dia 10-05-2019, tendo a Gestora apresentado sua defesa, e sobre a qual a DAFO se manifestou pela determinação à Responsável que observe continuamente todas as obrigações previstas na Resolução TCE/AC n. 87/2013, especialmente o prazo de envio mensal das informações contábeis, fixado em seu artigo 2º, § 1º.
4. O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por seu i. Procurador-Chefe, Dr. Sérgio Cunha Mendonça, pronunciou-se, excepcionalmente, pelo arquivamento do feito.
5. É o brevíssimo Relatório.
6. Rio Branco, 08 de agosto de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

<sup>1</sup> Dispõe sobre a entrega, envio e disponibilização dos dados e informações em meio informatizado, que os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades da administração direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público devem fazer a este Tribunal de Contas e dá outras providências;  
Processo TCE n.º 132.049 (Acórdão n. 2.354/2019/1ª Câmara)

PROCESSO TCE N° 132.049

ENTIDADE: Fundo Orçamentário Especial de Estudos Jurídicos – DPE/AC

NATUREZA: Apurar Responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade em face do não envio ou envio intempestivo dos arquivos em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 87/2013, referente ao 6º bimestre de 2018.

RESPONSÁVEL: Roberta de Paula Caminha Melo

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéa Benício de Araújo

## Voto

### **A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):**

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar a responsabilidade do Gestor, em razão do envio intempestivo das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais do **FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL DE ESTUDOS JURÍDICOS – DPE/AC**, relativas ao **6º BIMESTRE DE 2018**, em descumprimento ao artigo 2º, § 1º, da Resolução-TCE n. 87/2013, que atribui aos responsáveis das unidades gestoras a obrigatoriedade em apresentar, por meio informatizado, em até trinta dias após encerramento de cada bimestre, as informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais respectivas, estabelecendo seu artigo 19 que eventual descumprimento da referida regra implicará na sanção prevista no artigo 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.
2. O prazo previsto no artigo 2º da mencionada Resolução era 30 de janeiro do ano em curso, tendo a Gestora apresentado as informações exigidas apenas em **08 DE FEVEREIRO**. Sabe-se que conforme o entendimento das Câmaras deste Tribunal, manifestado em reunião realizada no dia 31-10-2017, nos termos do item “2” da Ata confeccionada<sup>2</sup>, o descumprimento da Resolução-TCE n. 87/2013 será relevado apenas se o envio dos arquivos se der em até 5 (cinco) dias do prazo previsto.

<sup>2</sup> 2) nos processos referentes à Resolução TCE 87/2013 (Dispõe sobre a entrega, envio e disponibilização dos dados e informações em meio informatizado, que os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades da administração direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público e os consórcios públicos criados no âmbito do Estado do Acre devem fazer a este Tribunal de Contas, e dá outras providências) a multa será aplicada somente quando se tratar de remessas a partir do 3º bimestre de 2016, correspondendo o valor da multa a R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais), porém, se o gestor enviar os arquivos em até 5 (cinco) dias corridos após o término do prazo previsto no art. 2º, § 1º, será eximido da multa;  
Processo TCE n.º 132.049 (Acórdão n. 2.354/2019/1ª Câmara)

3. No presente caso, embora claro o descumprimento à norma emanada desta Corte de Contas, mas considerando que se trata de início de mandato do Executivo Estadual, entendo possível, excepcionalmente, afastar a multa prevista, não descuidando no acompanhamento do cumprimento ou não da mencionada norma nos bimestres seguintes, e que poderá ser avaliado por ocasião da análise das prestações de contas.

4. Posto isso, **VOTO** pela:

a) **DETERMINAÇÃO** à **RESPONSÁVEL** pelo **FUNDO ORÇAMENTÁRIO ESPECIAL DE ESTUDOS JURÍDICOS – DPE/AC** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 87/2013, especialmente o artigo 2º, § 1º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 19 da mencionada norma;

b) **REMESSA** de cópia do Acórdão que vier a ser proferido à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento, e

c) após as formalidades de estilo, **REMESSA** dos autos ao **ARQUIVO**.

5. É como **VOTO**.

6. Rio Branco, 08 de agosto de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora